

XIII Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2019.

Cuidados e condicionalidades no Programa Bolsa Família.

CARLOTO CÁSSIA MARIA.

Cita:

CARLOTO CÁSSIA MARIA (2019). *Cuidados e condicionalidades no Programa Bolsa Família. XIII Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-023/163>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O cumprimento das condicionalidades do PBF, cuidados e uso do tempo.

Cássia Maria Carloto

Eixo 3: Estrutura social, democracia, población

Mesa 39: Salud, cuidados y relaciones intergeneracionales

Coordenação – Paula Lehner

Instituição: Universidade Estadual de Londrina/Paraná- Brasil

E-mail: cmcarloto@gmail.com

RESUMO

A comunicação tem por proposta debater o uso do tempo das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família-PBF nos cuidados doméstico-familiares. Em nossas últimas pesquisas sobre uso do tempo, mais uma vez constatamos a carga excessiva de trabalho não pago executado pelas mulheres, em situação de extrema pobreza, na esfera doméstico-familiar e como isso pode ser agravado por fatores como: a responsabilização das mulheres no cumprimento das condicionalidades em programas de transferência de renda; a desresponsabilização do Estado que cobra as condicionalidades mas não viabiliza direitos básicos de educação, saúde e assistência pautados pela universalidade da proteção e qualidade dos serviços; a penalização das mulheres e seus filhos com o corte do benefício. Nossas reflexões têm como fonte principal a pesquisa “As condicionalidades do Programa Bolsa Família e uso do tempo das mulheres no trabalho doméstico familiar realizada entre 2013 e 2016”, realizada em quatro municípios do Estado do Paraná-BR de médio e grande porte. Para a coleta de dados foram aplicados questionários a 130 mulheres e realizados 2 grupos focais. Tendo como base metodológica a teoria crítica na perspectiva feminista, elegemos como categorias teóricas principais: reprodução social e divisão sexual do trabalho, cuidados e uso do tempo.

Palavras chaves: cuidados, políticas públicas, Programa Bolsa Família, gênero.

Introdução

Na maioria dos PTCR as mulheres-mães devem ser as beneficiárias titulares dos programas. Além de serem as mulheres a maioria da população pobre mundial, elas também são responsabilizadas por serem as mães dos futuros pobres. Essas crianças necessitam, portanto, de subsídios para que possam desenvolver suas capacidades e assim romper com a pobreza. Porém como aponta Molyneux (2007)¹, as agências impulsionadoras dos programas de combate à pobreza como o Banco Mundial, não mencionam em suas formulações os esforços específicos que deveriam ser feitos com relação à pobreza das mulheres. Em suas próprias avaliações, o Banco Mundial afirma que o diagnóstico da pobreza são cegos em relação ao gênero, e ainda que aparente promover questões de gênero, não demonstra de maneira clara o que isso significa e como conseguir. A opção pelas mulheres-mães é justificada pela ideia de que elas “gerem” melhor os recursos da casa e que são as responsáveis pelo cuidado com os filhos. Portanto, se o benefício for destinado a elas, o dinheiro será investido em objetos, vantagens e melhorias para a casa e para os filhos. Por isso, entende-se que os PTCR se edificam a partir do modelo de família tradicional burguesa que corresponde a apenas *um* tipo idealizado de família, uma construção social naturalizada, mas que não condiz com a realidade das famílias contemporâneas. Ocorre uma instrumentalização do trabalho não pago realizado pelas mulheres e uma homogeneização das formas e funções familiares, Mariano e Carloto (2011)², Carloto (2012)³, Teixeira (2012)⁴ e Pereira (2006)⁵. Não é demais lembrar, mais uma vez, que os programas de combate à pobreza não compensam os efeitos das políticas econômicas de cunho neoliberal e não resolvem a questão social num contexto de profunda desigualdade.

O Programa Bolsa Família - PBF foi criado no governo Lula por meio da Medida Provisória nº132 de 20 de outubro de 2003, após a unificação de programas remanescentes como o Cartão Alimentação, Bolsa Escola e Auxílio Gás. A forma de

¹ Molyneux, Maxine. “The Chimera of Success: Gender Ennui and the changed International Policy Environment”. In *Feminisms in Development Contradictions, Constetations and Challenges*, editado por A. Cornwall et al, 01-11. London: Zed. 2007.

² Mariano, Silvana. A. e Cássia. M. Carloto. “Gênero e combate à pobreza no Programa Bolsa Família”. In *Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil*, organizado por A. Bonetti e M. A. Abre, 61-78. Brasília: Ipea, 2011.

³ Carloto, Cássia. M. “Condicionalidades nos programas de transferência de renda e autonomia das mulheres”. *Pelotas: Sociedade em Debate* 18, no. 2 (julho/dezembro 2012): 121-130.

⁴ Teixeira, Solange. M. Sistemas de proteção social pós-reformas: desmonte ou adaptação? *Revista Sociedade em Debate* 18, no. 2 (julho/dezembro 2012): 27-39.

⁵ Pereira, Potiara. A. P. “Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar”. In *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*, organizador por A. Mione, M. C. de Matos e M. C. Leal, 25-42. São Paulo: Cortez, 2006.

ingressar no PBF é por meio de auto declaração de renda, não sendo destinado a todos os que atendam os critérios de elegibilidade monetária, dependendo para tanto da quantidade de cotas municipais. As contrapartidas para o recebimento do benefício do PBF são as seguintes: exame pré-natal; acompanhamento nutricional e acompanhamento de saúde para as crianças menores de sete anos e de mulheres até a idade de 44 anos; frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular para crianças e adolescentes de seis a quinze anos e de 75% para os adolescentes de dezesseis e dezessete anos; acompanhamento da frequência mínima de 85% das crianças até 15 anos, em risco ou retiradas do trabalho infantil, nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Brasil 2014)⁶. O Guia para Acompanhamento das Condicionalidades (Brasil 2010, 09)⁷ define as condicionalidades da seguinte forma: as condicionalidades do Programa Bolsa Família foram formuladas como um mecanismo para reforçar o exercício, pelos brasileiros mais pobres, de direitos básicos como o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo intergeracional da pobreza. O pressuposto é o de que filhos que têm acesso a melhores condições de saúde, educação e convivência familiar e comunitária do que seus pais tiveram, têm também aumentadas suas oportunidades de desenvolvimento social. Em outras palavras, as chances de terem uma vida melhor que a de seus pais são ampliadas. O principal objetivo das condicionalidades é, portanto, a elevação do grau de efetivação dos direitos sociais dos beneficiários por meio do acesso aos serviços básicos. As famílias que não cumprirem inicialmente com as contrapartidas de saúde e educação recebem uma advertência, na segunda vez tem o benefício bloqueado por trinta dias e se permanecerem no descumprimento têm o benefício suspenso por sessenta dias e posterior cancelamento, caso as situações persistam. Para Lo Vuolo (2010)⁸, os programas de transferência condicionada de renda, focalizados e seletivos tornam o enfrentamento da questão social favorável ao assistencialismo, ao paternalismo estatal e ao controle social sobre a vida privada das pessoas. As condicionalidades punitivas, sem justificativa técnica sólida, se impõem com objetivo de transferir às famílias a responsabilidade de sair da sua situação

⁶ Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social. *Bolsa Família*. Maio 25, 2014. www.mds.gov.br/bolsafamilia

⁷ Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social. Guia para Acompanhamento das *condicionalidades do Programa Bolsa Família*. Brasília. 2010.

⁸ Lo Vuolo, Rubén M. “Las perspectivas y los desafíos del ingreso ciudadano em América Latina. Un análisis en base al “Programa Bolsa Família” de Brasil y a la “Asignacion Universal por Hijo para Protección Social” de Argentina”. Comunicação apresentada Basic Income in Latin America: Perspectives and Challenges - 13th International Conference of the Basic Income Earth Network, São Paulo, Brasil. 2010.

por si só. Vale considerar que o acesso à renda está estabelecido na política de assistência social no Brasil enquanto mecanismo de proteção social quando se trata da segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), de acolhida e de convívio ou vivência familiar. Neste contexto é que introduzimos a questão do aumento de responsabilidades das mulheres beneficiárias do programa Bolsa Escola Federal e o uso do tempo para administrar estas condicionalidades, assim como a penalização quando há descumprimento das mesmas. As famílias que não cumprirem inicialmente com as contrapartidas de saúde e educação recebem uma advertência, na segunda vez tem o benefício bloqueado por trinta dias e se permanecerem no descumprimento têm o benefício suspenso por sessenta dias e posterior cancelamento, caso as situações persistam. Neste trabalho iremos abordar os cuidados relacionados à frequência e permanência na escola relativo às condicionalidades/contrapartida do Programa Bolsa Família.

Cuidados, uso do tempo e a condicionalidade da educação.

Os cuidados como área específica de estudos, segundo Navarro e Rico (2013, 30)⁹, surgem com força na América Latina nos anos 2000, herdeiros dos debates europeus sobre o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho reprodutivo e seus vínculos com o sistema econômico. Neste caminho, para fins de nossa análise, partimos de uma variável do conceito, entre outras, que define o cuidado como uma atividade de mulheres e seu estudo exige uma análise a partir da ordem de gênero, “uma vez que facilita o desenvolvimento do conhecimento sobre a opressão das mulheres e também é uma via que conduz as políticas de proteção social, suas ideologias e seus sistemas” (Thomaz, 2011, 148)¹⁰. Nosso foco está centrado em três das sete dimensões do cuidado a partir da tipologia de Thomaz (2011, 149-151). A primeira dimensão diz respeito a natureza dos cuidados, no qual é necessário definir o conteúdo social dos cuidados e cuja natureza se define como um estado de atividade, as vezes como uma atividade e as vezes também com um estado afetivo. A segunda dimensão diz respeito ao domínio social no qual se

⁹ Navarro, Flavia M. y María N. Rico. “Cuidado y políticas públicas: debates y estado de situación a nivel regional”. In *Las fronteras del cuidado: agenda, derechos e infraestructura*, coordenado por Laura Pautassi y Carla Zibechi, 27-58. Buenos Ayres: Editora Biblos, 2013.

¹⁰ Thomaz, Carol. “Desconstruyendo los conceptos de cuidados”. In *El trabajo de cuidados: Historia, teoría y políticas*, editado por Carrasco, Borderias e T. Torns, 145-176. Madrid: Catarata, 2011.

localiza a relação de cuidados. Essa separação, segundo Thomaz (2011), remete a divisão, característica da divisão social do trabalho na sociedade capitalista, que se dá entre o domínio público e o domínio privado ou doméstico. Nos centramos no espaço doméstico-familiar. A terceira dimensão remete ao marco institucional no qual se prestam os cuidados, a localização física das atividades de cuidados. No nosso estudo, nos centramos na casa, na escola e na rede de saúde em função das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

A principal ferramenta para a análise empírica sobre a distribuição social do cuidado tem sido as pesquisas sobre uso do tempo, que conforme Navarro e Rico (2013) tem se desenvolvido em dezenove países da região, incluindo o Brasil que entre 2009 e 2011, por iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, realizou um pesquisa nacional sobre uso do tempo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (Fontoura e Araújo 2016)¹¹. Seguindo as observações de Navarro e Rico (2013) estas pesquisas permitem recuperar a importância da distribuição do tempo e do trabalho e identifica também a unidade doméstica como espaço de produção e distribuição econômica mostrando uma grande desigualdade no exercício de direitos e de bem-estar das famílias. Esses tempos, necessários para a vida incluem: cuidados, afetos, manutenção, gestão e administração doméstica, relações e lazer que mais que tempo medido e pago, são tempos vividos, doado e gerados, com um componente dificilmente quantificável. Essa nova perspectiva tem colocado em destaque as relações de poder e desigualdade de gênero que se escondem por traz da forma mercantil de valorar o tempo (Carrasco e Dominguez 2003, 133)¹².

Algumas limitações são apresentadas por Carrasco e Dominguez (2003) nas pesquisas de uso do tempo. Uma delas diz respeito a natureza do conceito de tempo apontada pelos estudos de gênero. Estes tem questionado a ideia de tempo como algo natural, sem dúvida, trata-se de uma construção cultural que não deve ser limitada aos padrões ocidentais que tem como principais referências a dimensão física e a cronometrada. Tanto o calendário como o relógio são convenções humanas. O tempo também é o elemento condutor da construção dos modos de vida cotidiano, é, ao mesmo tempo abstrato e genérico e é social pois por meio dele se dá “a interação entre os agentes ou atores sociais” (Carrasco e Dominguez 2003, 134). O tempo não é desvinculado das

¹¹ Fontoura, Natalia; Araújo, Clara, eds. *Uso do Tempo e Gênero*. Rio de Janeiro: UERJ. 2016.

¹² Carrasco, Cristina, M. Dominguez. “Gênero y usos del tiempo: Nuevos Enfoques Metodológicos”. *Revista Economía Crítica* 1 (abril 2003): 129-152.

práticas sociais, sejam estas individuais ou coletivas, assim como assinalam Lozares, Lopez e Dominguez (1998)¹³ são as atividades que produzem o tempo social. Dado que somente a partir da ação se originam e manifestam as mudanças sociais, a variabilidade dos fatos passa a ser o critério observável para identificar o tempo social. Ademais, dado que toda a ação social é de interação será nela e a partir dela que se constroem socialmente o tempo (Lozares, Lopez e Dominguez 1998, 118).

O trabalho doméstico familiar: atividades, tempo gasto e responsabilidades

Neste tópico apresentaremos alguns resultados de nossa pesquisa focando os cuidados e uso do tempo das beneficiárias do PBF que tem um papel decisivo para a frequência e permanência dos filhos na escola. Iniciamos situando nossa concepção de cuidados e uso do tempo. Nossa pretensão não foi detalhar e quantificar minuciosamente o tempo gasto nas atividades, mas principalmente conhecer as atividades realizadas no cotidiano necessárias a permanência das crianças na escola, tanto as de caráter material como as de caráter imaterial e quem é responsável pela atividade. Assim, procurou-se identificar e quantificar as tarefas que beneficiam de forma direta ou indireta as crianças e os adolescentes, mesmo que também beneficiem os adultos, como por exemplo o preparo de alimentos. Como aponta Esquivel (2012)¹⁴ as atividades de cuidado infantil são parte dos cuidados das pessoas.

Para detalhamento das atividades buscou-se apoio na concepção de tempo diário de Lozares, López e Domínguez (1998), centrado nas rotinas do cotidiano voltadas às atividades realizadas numa sequência temporal de um dia de vinte quatro horas com foco nos cuidados com os filhos a partir da declaração das mulheres entrevistadas. Esses cuidados foram situados a partir das atividades e rotinas necessárias para garantir a ida e a permanência na escola e a atenção à saúde. O roteiro da entrevista foi estruturado a partir de uma rotina de cuidados que tem início pela manhã quando as titulares acordam e tem termino à noite, quando vão dormir, para captar como é construído um cotidiano de cuidados com filhos em idade escolar, investigou-se também atividades que às vezes são realizadas na madrugada. A partir das considerações de Javeau (1980)¹⁵, foi verificado se

¹³ Lozares, Carlos; Lopez Pedro; Dominguez, Mârius. “La articulación de ámbitos sociales a partir de la base temporal”. *Papers* 55 (1998): 115-130.

¹⁴ Esquivel, Laura. “El cuidado infantil em las familias, un análisis en base a la Encuesta de Uso del Tiempo de la Ciudad de Buenos Aires”. In *Las Lógicas Del Cuidado Infantil Entre Las Familias, El Estado y El Mercado*, editado por V. Esquivel, Eleonor Faur e Elizabeth Jelin, 73-103. Buenos Aires: Ides, 2012.

¹⁵ Javeau, Claude. Sur le concept de vie quotidienne et sa sociologie. *Cahiers Internationaux de Sociologie* 68 (janvier-juin 1980): 31-45.

havia padrões de cuidados a partir de um modelo cultural, considerando um grupo relativamente homogêneo: mulheres de baixa renda, titulares do Programa Bolsa Família, moradoras de periferias de cidade de médio e grande porte. O tempo foi calculado em termos de tempo simples, que limita o tempo total por pessoa num período de 24 horas.

As questões foram organizadas nos seguintes módulos: alimentação, limpeza da casa, cuidados com as roupas, compras cotidianas, cuidados diretos com as crianças, atenção à saúde. Em todas as questões era perguntado quanto tempo dispendiam e quem fazia. Houve um espaço em aberto para relato de outras atividades que lembrassem e observações. No módulo alimentação foi verificado quanto tempo gastavam para preparar as principais refeições: café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar. No módulo sobre limpeza da casa foi perguntado sobre o tempo gasto com limpeza geral. Em cuidados com as roupas foi perguntado sobre: lavar e estender a roupa, passar e guardar, retirar do varal e dobrar. Nas questões relativas a compras cotidianas perguntou-se sobre: idas ao mercado, a padaria, ao açougue, ao sacolão. Em todas atividades era perguntado: tempo gasto e quem fazia. No módulo relativo aos cuidados diretos com as crianças foram feitas perguntas sobre: dar banho, vestir e escovar os dentes; levar e buscar as crianças na escola; ajudar nas tarefas escolares; ir as reuniões da escola; brincar com as crianças; colocar para dormir; conversar, rezar; cuidados durante o sono. Esse detalhamento da rotina organizada em função das atividades escolares das crianças foi organizado a partir das falas nos grupos focais. No módulo sobre saúde foram feitas as seguintes questões: acompanhamento das crianças a médico e hospital; dar e comprar medicação para as crianças; fazer exames laboratoriais e médicos.

Um primeiro destaque é que 79,23% das mulheres entrevistadas afirmaram serem as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidados em seus lares, em segundo lugar como responsável por trabalhos domésticos e de cuidado aparecem as filhas. Os relatos mostram que as meninas são responsáveis pelos cuidados com os irmãos principalmente os menores. A divisão desigual de tarefas domésticas reduz a capacidade de obter renda e pode dificultar o acesso ao emprego, contribuindo para o contexto de feminização da pobreza. Pode também dificultar o acesso das meninas à educação formal, critério fundamental para o acesso ao mercado de trabalho. A perpetuação da cultura que mantém as mulheres vinculadas ao espaço privado, mostra que desde a infância as mulheres já são obrigadas e ensinadas a fazerem os trabalhos domésticos e de cuidados.

Os demais entrevistados responsáveis pelo trabalho doméstico também são mulheres com vínculo de parentesco com a respondente: tias, avós e irmãs. Os maridos/companheiros não aparecem nas atividades de compras.

Foi também perguntado para as mulheres sobre o cuidado com outras crianças ou com adultos e o grau de familiaridade com estes, 16,5% mulheres relataram cuidar de outras pessoas, sendo o cuidado com os sobrinhos o mais significativo, seguido de netos e filhos dos vizinhos. As mulheres, portanto, para além do cuidado com seus próprios filhos, ainda se dedicam ao cuidado de outras pessoas, confirmando a herança histórica que atribui à mulher o papel de cuidar e zelar pelas pessoas, sejam elas crianças, adultos, jovens ou idosos. A maioria das mulheres (80,5%) respondeu que exerce essa função em suas próprias casas. É importante lembrar as condições de moradia dessas famílias, como vimos nessa pesquisa a maioria mora em casas de 2 a 4 cômodos com no máximo 40 metros quadrados habitadas por 3 a 5 pessoas. Destaca-se que 19,23% das entrevistadas cuidam de pessoas com necessidades especiais, sendo a maioria crianças e adolescentes, seguido por idosos. Essa situação se agrava num contexto, como já relatado, de políticas públicas ancoradas no familismo e maternalismo.

As atividades de cuidado com as roupas são as que mais demandam tempo, seguidas das que envolvem o preparo de alimentos e por fim as relacionadas às compras de alimentos e asseio e limpeza no âmbito da casa. As que mais gastam tempo são os cuidados que envolvem a busca pelos serviços públicos de saúde em função da precariedade do atendimento e da rede de atenção, das idas e vindas e esperas aos serviços de saúde além da necessidade de adequação aos horários de funcionamento desses serviços, que não atendem, na maioria dos casos, fora do horário comercial. As respondentes gastam um maior número de horas/minutos nas atividades de alimentação e limpeza quando prevalece a presença de crianças de 0 a 6 anos. No quesito cuidados com a roupa há mais tempo gasto quando prevalece a presença de crianças de 7 a 11 anos. Quando computadas todas as atividades, verifica-se que prevalece o tempo gasto com as crianças de 7 a 11 anos.

Atividades relacionadas à educação escolar

A permanência na escola é uma das condicionalidades/contrapartida do Programa Bolsa Família. Foram elencadas atividades que estão envolvidas no preparo e acompanhamento dessas crianças para as atividades escolares, que não se resumem a ir ou buscar na escola, o que não é pouco em termos de tempo já que as escolas nem sempre são

próximas as residências. Existem as reuniões de pais e mães nas escolas, as tarefas escolares, o preparo do uniforme, do material, que exigem tempo e dedicação das mulheres. É necessário comparecer às reuniões que geralmente são marcadas de manhã ou à tarde, em dias úteis da semana, pressupondo que sempre há uma mãe disponível, dona de casa ou que pode faltar no trabalho. Não comparecer às reuniões pode ser identificado como pouca importância e descaso com a educação dos filhos. Estas reuniões ocorrem em dias de semana no período da tarde ou manhã, o que faz com que muitas vezes as que trabalham tenham que faltar. Como são diaristas em serviços domésticos, não recebem naquele dia, o que pesa muito pois como verificado 34,70% das que estão nessa ocupação trabalham de duas a três vezes por semana.

Foi pedido no grupo focal que as mulheres contassem sobre a rotina diária com as crianças, tendo como referência inicial o dia anterior. A primeira coisa lembrada foi levar e buscar a criança na escola. Todas levavam as crianças na escola, com uma única exceção, em que era o marido que se incumbia dessa tarefa. Nem todas conseguiam buscar, caso das que trabalhavam. Todas achavam importante levar as crianças na escola, ficavam preocupadas com os riscos que os filhos corriam indo sozinhos, principalmente as meninas. Uma dificuldade relatada no grupo, nesse ponto, é que as crianças de uma mesma família estudam em turnos diferentes, umas à tarde e outras de manhã. Além de ter que estarem disponível no meio do dia, para poder buscar ou levar as crianças, muitas relataram que os filhos/as estão em turnos diferentes, um a tarde e outro de manhã, e muitas vezes em escolas distintas em locais distintos. Os dados dos questionários mostraram que 52,31% das entrevistadas levam os filhos para a escola. O modelo de ensino brasileiro, na maioria das cidades de médio e grande porte, as vezes separa em prédios distintos e em locais distintos e às vezes muito distantes entre si, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Assim essas mães gastam muito tempo nesses deslocamentos; não há também transporte escolar disponibilizado para levar e buscar as crianças/adolescentes. Essa situação aumenta o tempo de trabalho dedicado as atividades intrafamiliares no cotidiano. Essa não é uma situação que ocorre apenas entre as beneficiárias do PBF, mas em função das exigências das condicionalidades e o medo em perder o benefício, a pressão que a mulher sente é maior. Há também o problema da falta de vagas na escola do bairro, como atesta o próximo relato:

Retomando o debate do grupo focal, uma outra atividade lembrada foi a ajuda com a tarefa escolar, como é conhecida as atividades que as crianças tem que fazer em casa, a partir do conteúdo dado em sala de aula, para levar para a escola quase todos os dias.

Todas relataram que ajudam na tarefa escolar, pois se não ajudarem a maioria das crianças a escola cobrará as mães por isso. Os dados dos questionários, mostraram que 67% das mulheres ajudam na tarefa escolar. Há algumas questões que merecem ser comentadas a partir desses: um relacionado a ausência de estudos dessas mulheres provocadas por sua condição de classe e pela ausência histórica no caso brasileiro de uma política social de educação universal desmercadorizável e inclusiva que atenda a todos de igual maneira, principalmente a população rural de igual maneira. A distribuição dos equipamentos e serviços de educação é desigual e insuficiente, quanto mais longe dos centros urbanos mais difícil de completar a escolarização fundamental e de ensino médio. Mesmo a população rural moradora próxima às cidades de grande e médio porte, não conta com equipamentos suficientes e transporte para conduzir as crianças à escola. Outra deficiência é que o sistema de ensino não conta com escolas de período integral que poderiam contribuir com o estímulo a atividade de tarefas extra sala de aula na própria escola. A escola em período integral, seria também um facilitador do trabalho assalariado para as mulheres, conforme opinião das entrevistadas. Como já vimos anteriormente, na ausência de creche geralmente, se paga a uma outra mulher da vizinhança, pouco, para que tome conta de crianças pequenas para que a mãe possa ir trabalhar, ou os filhos pequenos ficam sob o cuidado do mais velho, geralmente a filha. Um terceiro aspecto é o sentimento de humilhação a que são submetidas por não terem completado os estudos. Uma das mulheres relata que o filho sempre a chama de burra por não conseguir ajudar na tarefa escolar.

As mulheres trouxeram, também como atividade e que gera muita preocupação é a de convencer e insistir com o filho para que ele vá a escola. Essa questão nos dois grupos trouxeram particularidades quanto a faixa etária, uma relativa a crianças menores e outra relativa aos adolescentes. Em relação as menores parece, com exceção de um depoimento, que é mais tranquilo mantê-las na escola. O depoimento que aponta uma dificuldade nesse grupo refere-se ao bullying sofrido por um menino com uma lesão na face. Nesse caso aparece um tempo não contado nas estatísticas que é o que a mãe gasta conversando com o filho para convence-los a ir para a escola. Em relação aos adolescentes, os descumprimentos das condicionalidades relacionadas à educação são na maioria das vezes causadas pelas dificuldades das mães em manter os filhos adolescentes na escola.

Como vimos em pesquisa anterior¹⁶ são os adolescentes do sexo masculino os que mais deixam de frequentar a escola. Se a dificuldade com as crianças menores é levar e buscar na escola, a dificuldade com o filho adolescente é convence-lo a ir e permanecer na escola o que provoca grande sofrimento.

Os relatos também mostram uma grande preocupação das mães com o bullying, o racismo nas escolas. Situações como essas também provocam as faltas/abandono/evasão escolar. Esses casos acontecem, conforme os relatos, tanto entre os estudantes, como também são praticados pelos profissionais das escolas. A presença do preconceito contra os beneficiários do PBF dentro da escola também é relatada pelas titulares.

Uma atividade também lembrada foram as reuniões de pais nas escolas. É necessário comparecer às reuniões que geralmente são marcadas de manhã ou à tarde, em dias da semana, pressupondo que sempre há uma mãe disponível, dona de casa ou que pode faltar no trabalho. Não comparecer às reuniões pode ser identificado como pouca importância e descaso com a educação dos filhos. As mulheres que são diaristas em serviços domésticos, não recebem nesse dia, o que pesa muito pois como verificado a partir dos questionários, 34,70% das que estão nessa ocupação trabalham de duas a três vezes por semana. Por fim destacam-se as atividades que envolvem o preparo para a escola e o dia a dia dos filhos. É interessante notar, que essas atividades, foram as últimas a serem lembradas. Foram discutidas entre as mulheres: a organização do material escolar e do uniforme, encaminhar para o banho e escovar o dente; colocar para dormir, insistir para criança levantar da cama; tomar o café. Como verbalizaram: “não é só colocar o material na mochila, tem que ficar organizado”; “tem que estar tudo em ordem para a escola”; tem que deixar tudo em ordem, bonitinho”. Neste tópico os dados dos questionários mostraram que mais da metade das entrevistadas se ocupam com essas tarefas todos os dias.

Carrasco (2012)¹⁷ aponta uma questão, que nos interessa particularmente quando se pretende abordar o uso do tempo das mulheres para administrar as condicionalidades exigidas pelo PBF, qual seja, que não se trata apenas de quantificar as horas gastas, pois o gerenciamento de atividades na esfera dos cuidados doméstico-familiar vai além de uma simples organização de horários. Como pontua a autora é um gerenciamento de tempo,

¹⁶ Stechi, Tatiana O. O Programa Bolsa Família e suas condicionalidades: entre o direito e o dever. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina. 2015.

¹⁷ Carrasco, Cristina. *Estatísticas Sob Suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. Tradução por Valenzuela Perez. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista. 2012.

responsabilidades, afetos, emoções, redes, trabalho e lazer, participação, todos os elementos difíceis de classificar em espaços separados, como por exemplo dar banho, vestir e escovar dentes; levar e buscar a criança na escola; ajudar nas tarefas escolares; preparar a criança /adolescente para ir à escola; colocar para dormir; conversar, orar, rezar com a criança/adolescente; a atenção dada durante a madrugada. Todas essas atividades foram relatadas pelas respondentes nos grupos focais. Por exemplo, às vezes é necessário insistir para tomar banho, escovar os dentes, se alimentar, ir para cama dormir, fazer as tarefas escolares. Esse esforço envolve sentimentos e afetos tais como ter paciência, controlar ou expor a raiva pela desobediência que em grande parte tem por consequência o uso da violência, que é outro tipo de desgaste emocional e que pode ser diário. Cuidar, como quer fazer parecer um senso comum idealizado e preconizado no desenho de políticas públicas maternalistas, não envolve só atitudes amorosas e carinhosas, aliás é em nome do amor materno, naturalizado, que as mulheres são responsabilizadas e cobradas pelos cuidados.

Uma ação lembrada no grupo focal foi conversar e orar com os filhos. Há um tempo, dedicado à atividade de rezar com as crianças, pois geralmente são as mães quem introduzem as práticas religiosas no cotidiano. Nessa atividade 56,15% (dados dos questionários) das mulheres conversam ou rezam com seus filhos todos os dias. Ainda nesse campo de atividade 22,31% das mulheres entrevistadas relataram cuidar das crianças durante a noite/madrugada. Como relata Esquivel (2012), a definição ampla de atividades de cuidado infantil se estende além das formas ativas de cuidar, para incorporar também o cuidado passivo, definido como estar muito tempo presente e atenta com as crianças pequenas que não podem ser deixadas sozinhas. Captar o cuidado infantil como por exemplo durante a noite na hora do sono, quando a criança precisa de cuidados ou solicita um adulto, também é relevante para parametrar o tempo gasto com cuidado.

Apesar de serem mais fáceis de serem contabilizadas em hora relógio, mesmo que algumas sejam simultâneas, as últimas atividades relatadas não são as que mais preocupam as mulheres. Parece que são as que elas não conseguem controlar e resolver, as que envolvem um tempo sentido. Aqui cabe um parênteses, para lembrar que esse tempo sentido a partir das preocupações com os filhos, não ocupam só as mulheres beneficiárias do PBF, ocupam em diferentes graus a depender dos recursos com que se conta, a maioria das mães. Mas no caso dessas mulheres, como se pode constatar, são questões que não podem ser controladas com recursos individuais e que dependem em

grande parte dos recursos sociais disponibilizados à essa população. Pichio (2003, 205)¹⁸ comenta que na contabilização estatística do trabalho doméstico se deve considerar a realidade como uma fase dentro de um processo de negociação sobre a divisão do trabalho e os recursos entre os gêneros, as gerações e as classes sociais.

As condicionalidades do PBF têm que ser administradas de forma individual pelas mulheres titulares, é sobre elas que cai a responsabilidade de manter as crianças na escola, num contexto de profundas adversidades sociais, sem contrapartidas do Estado. Essa responsabilidade implica em grande dispêndio de tempo, que envolve muitas horas relógio e muito ocupação mental na forma de preocupações, ansiedades e sofrimento. Um relógio que não pode ser desligado.

Não tínhamos a pretensão de explorar a dimensão do tempo sentido, as estruturas de sentido, mas no decorrer das entrevistas essa dimensão foi trazida de maneira contundente, já que um dos instrumentos de coleta de dados-grupo focal- propicia o vivido-sentido. Nos deparamos com essa dimensão subjetiva, difícil inclusive de ser analisada, que se refere ao chamado tempo invisibilizado, que diz respeito as preocupações com os filhos que não vão na escola, um estado mental de permanente preocupação, com tensões, conflitos, em ter que perder um dia de trabalho nos caso das diaristas, que não recebem a diária. Um estado de continua disponibilidade, de estar atenta vinte e quatro horas por dia, que tem a ver com o tempo sentido. Como disse uma das participantes do grupo focal, quando indagada sobre o que ocupava mais o seu tempo: “Meu tempo é minha mente ocupada”. Para Carrasco (2012, 43) a dimensão tempo como parte da dicotomia público/privado, apresenta algumas características particulares. Só é valorizado, em nossa sociedade, o tempo mercantilizável, aquele que se transforma em dinheiro e corresponde ao tempo público. Mas há outro tipo de tempo, que existe à sombra da economia: o tempo gerador da reprodução que mais que tempo medido e pago, “é tempo vivido, dedicado e gerado, com um componente dificilmente quantificável e que incorpora aspectos intangíveis, representados pela subjetividade da própria pessoa, materializados na experiência vivida”.

Conclusão

¹⁸ Picchio, Antonela. Visibilidad Analítica y política del trabajo de reproducción social. In *Mujeres y Economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*, organizador por C. Carrasco, 201-244. Icaria, Barcelona, 2003.

A partir da análise dos dados verificamos que: a) o fato de o PBF privilegiar a titularidade feminina e condicionar o recebimento do benefício à presença das crianças na escola, além da atenção básica à saúde, aumenta a responsabilidade das mulheres no cuidado com os filhos. b) o aumento de responsabilidades das mulheres está relacionado à “obrigação” que a mulher tem em manter os filhos na escola para receber o benefício. A beneficiária do PBF é a principal responsável pelas atividades e tarefas de cuidados no âmbito doméstico-familiar. As filhas e mães e irmãs das beneficiárias aparecem também como executoras de várias tarefas. Os homens vão aparecer em pouquíssimo número nas atividades relacionadas às compras, principalmente em supermercados e padaria. A pesquisa mostra a diversidade de atividades e tarefas que compõem o chamado trabalho doméstico-familiar e a quantidade de tempo dispendida principalmente com os cuidados com as crianças.

Em relação a educação o que mais ficou evidente, no uso do tempo, não é tanto os minutos/horas gastos, mas a fragmentação do dia organizado em função do horário das escolas não ser integral e da distância do domicílio da beneficiária. É o horário das escolas que organiza os tempos e horários do trabalho doméstico-familiar e a disponibilidade para um trabalho assalariado.

O acesso à educação e ao trabalho é condição fundamental para possibilidades de ampliação da autonomia das mulheres, mas a responsabilidade com os cuidados das crianças, sem nenhum apoio da esfera pública e privada, obstaculizam esse acesso. A perspectiva de punir e culpabilizar as famílias que não cumprem as condicionalidades, parece incompatível com os objetivos do programa. Devem-se considerar também as condições que as famílias dispõem para atender as requisições impostas, tendo em vista as dificuldades cotidianas de sobrevivência a que a maioria está exposta, além de considerar a condição que as políticas públicas teriam para ofertar o atendimento com qualidade considerando as demandas e necessidades da população. O cumprimento dessa “agenda de compromissos” só coloca para a mulher titular do PBF mais uma preocupação, ou seja, aquela de assumir unicamente a responsabilidade de cuidados inserindo em sua rotina cotidiana atividades que serão controladas pelo Estado e se não cumpridas serão penalizadas.

O capitalismo heteropatriarcal naturalizou o trabalho de cuidados, que não é uma

tarefa individual, mas uma responsabilidade coletiva, também do Estado. A redução dos gastos públicos em saúde, educação, moradia, transporte, enfim políticas e serviços sociais, o processo de privatização penaliza sobretudo as mulheres negras e pobres, no caso brasileiro. Os programas de combate à pobreza estão dentro desta lógica, apesar de contribuir, como no caso brasileiro, com o enfretamento da fome nas famílias em situação de extrema pobreza, seguem porém sendo focalizados, meritocráticos, reproduzindo a matriz familista e maternalista e acrescentam mais uma responsabilidade e trabalho às mulheres beneficiárias deste programa, qual seja ser a principal agente no combate à pobreza, intensificando a exploração destas mulheres.